

3^{er} CONGRESO LATINOAMERICANO DE GESTIÓN CULTURAL

ACCIÓN CULTURAL PARA LA TRANSFORMACIÓN SOCIAL

**Guadalajara, Jalisco, México
Del 21 al 24 de octubre del 2025**

PONENCIA

O Novo MinC e os Desafios para implementação de um Sistema Público para a cultura brasileira

Lindivaldo Junior

Ministério da Cultura do Brasil

BRASIL

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17364348>



O presente documento figura como uma reflexão sobre a criação e consolidação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), sua criação, no âmbito da inserção do artigo 216-A na Constituição Brasileira, e posteriormente o esforço dos movimentos culturais, gestores e parlamentares para a criação, aprovação e sanção da Lei 14.834/2024, figura como um avanço na construção de políticas públicas de cultura, com seu caráter sistêmico e seu potencial para a efetivação do direito à cultura.

Tal conquista vem para enfrentar os desafios de romper com o que estudiosos como Albino Rubim (2017) denominam de “tristes tradições”, sistematizadas em Ausência, Autoritarismo e Instabilidade. Pretende-se ainda com esta reflexão, evidenciar o caráter federativo do SNC, dialogar sobre a força de seus princípios e componentes descritos desde o seu primeiro marco regulatório de 2012 com a inserção do artigo 216-A na Constituição Brasileira, reafirmados na Lei 14.835/2024, onde se define:

Esta Lei institui o marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura (SNC), para a garantia dos direitos culturais, organizado em regime de colaboração entre os entes federativos para a gestão conjunta das políticas públicas de cultura, em conformidade com o disposto no artigo 216-A da Constituição Federal (CF)

A aprovação e sanção da Lei 14.834/2024 figura como um avanço na construção de políticas públicas de cultura, com seu caráter sistêmico e seu potencial para a efetivação do direito à cultura. Tal conquista vem para enfrentar os desafios de romper com o que estudiosos como Albino Rubim (2017) denominam de “tristes tradições”, sistematizadas em Ausência, Autoritarismo e Instabilidade. O professor RUBIM faz uma reflexão fundamental para o setor cultural, evidenciando as fases vividas pelas políticas públicas brasileiras e o reatamento nas políticas e no setor cultural.

O SNC é uma resposta articulada pelo setor cultural para vencer os problemas históricos vividos pelas políticas culturais no Brasil, notadamente as descontinuidades, sazonalidades, falta de recursos e de pactuações federativas, diagnosticadas por diversos estudos e avaliações de políticas públicas. Desse ponto de vista, assim como RUBIM, a pesquisadora Sofia Rocha avalia haver uma expectativa de que o SNC impulse o federalismo cultural no país. (ROCHA, 2018) Para a conquista de um lugar na CF (Art. 216-A) e a estruturação do SNC, o setor cultural brasileiro empreendeu uma luta histórica visando caráter sistêmico nas políticas públicas de cultura, sendo os mandatos dos presidentes Lula e da presidenta Dilma,

período que compreende entre 2003 e 201, crucial para criação e implementação de políticas públicas sociais, assim como no campo da cultura.

Os princípios do SNC, descritos na Constituição Brasileira e reafirmados na Lei 14.835/2024 (marco regulatório do SNC), são basilares da atuação do setor cultural para a consecução de políticas públicas na cultura: Diversidade das Expressões Culturais; Universalização do Acesso aos Bens e Serviços Culturais;

Fomento à Produção, Difusão e Circulação de Conhecimento e Bens Culturais; Cooperação entre Entes Federados; Integração e Interação na Execução Das Políticas, Programas, Projetos e Ações Desenvolvidas; Complementaridade nos Papéis dos Agentes Culturais; Transversalidade das Políticas Culturais; Autonomia dos Entes Federados e das Instituições da Sociedade Civil; Transparência e Compartilhamento das Informações; Democratização dos Processos Decisórios com Participação e Controle Social; Transparência e Compartilhamento de Informações; Descentralização Articulada e Pactuada da Gestão, dos Recursos e das Ações.(lei 14.835/24 artigo 3º).

Conforme os marcos legais dispostos, são nove os componentes do SNC a serem implementados no âmbito nacional e pelos entes subnacionais que aderiram ao SNC, entre os quais estão os componentes que devem ser implementados pelo Governo Federal: órgão Gestor - Ministério da Cultura; Conselho Nacional de Política cultural; Conferência Nacional de Cultura; Comissão Intergestora Tripartite; Programas de Formação; Sistema de Informação e Indicadores Culturais; Plano Nacional de Cultura; Sistemas Setoriais de Cultura; Sistema de Financiamento à Cultura.

Conforme legislação do SNC, o Ministério da Cultura (MinC) é o órgão gestor da política nacional de cultura e coordena o SNC. Neste sentido, orienta a estruturação dos sistemas locais a partir de compromissos específicos no ato da adesão, uma espécie de porta de entrada do SNC coordenada pelo MinC:

A adesão ao Sistema Nacional de Cultura (SNC) é um compromisso assumido pelos municípios, estados e o Distrito Federal para fortalecer a gestão pública da cultura no Brasil. A adesão ao Sistema Nacional de Cultura ocorre por meio da assinatura do Acordo de Cooperação Federativa, da publicação do compromisso no Diário Oficial da União e preenchimento do Plano de Trabalho. Atualmente, 3.663 municípios e os 27 estados já

aderiram ao sistema. Os dados completos estão disponíveis publicamente em ver.snc.cultura.gov.br. Com a Lei 14.835/2024, a adesão passa a ser classificada em duas etapas: Adesão Provisória: realização do processo de adesão e implementação das leis do Conselho, Plano e Fundo de Cultura; Adesão Plena: além dos itens da fase provisória, inclui a implementação da Lei do Sistema de Cultura e da Comissão Intergestora para estados.

Desse ponto de vista, a força dos princípios do SNC, a adesão e a estruturação dos componentes do SNC nos três níveis de governo, organizam o sistema e figuram como ambiente favorável para a implementação da denominada federalização da cultura.

Ainda desse ponto de vista, os mecanismos de pactuação, bem como a participação social, são fundamentais. Ao longo da trajetória de implementação do SNC, o aspecto da participação social sempre foi considerado estratégico, orientando a criação de conselhos de políticas culturais eleitos, paritário entre governo e sociedade civil e representativo dos diversos segmentos do setor cultural. Orientando e convocando Conferências de Cultura nos três níveis de governo como momentos de encontros, pactuações, avaliação e proposição de políticas culturais.

Como estratégia de “primeira ordem” no SNC, o Brasil realizou quatro conferências nacionais de cultura. A 1ª CNC teve como tema “A interação do Estado e da sociedade na construção de uma política pública da cultura” e reuniu 1.300 participantes. A 2ª CNC, em 2010, teve como tema “Cultura, Diversidade, Cidadania e Desenvolvimento”, reunindo 1.400 pessoas. A 3ª CNC ocorreu em 2013 e teve como tema “Uma Política de Estado para a cultura: desafios do Sistema Nacional de Cultura”, reunindo 1.745 pessoas. A 4ª CNC, por sua vez, teve como tema “Democracia e Direito à Cultura”, reunindo mais de 5.000 pessoas entre delegados, convidados e observadores.

Além das conferências, outro espaço de participação social estruturante foi o Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC), constituído em agosto de 2005. Embora a instituição de um conselho de cultura não seja uma novidade no país, o CNPC de 2005 inaugura um novo modelo de política de participação ao romper com os denominados conselhos de notáveis. Segundo Lia Calabre (2007), existem diferentes experiências anteriores de Conselhos, a exemplo do Conselho Nacional de Cultura de 1938. Com o golpe de 2016, as políticas públicas de participação foram interrompidas. Coroa a

interrupção o Decreto 9.759 de 2019, que extingue colegiados de participação social diversos. Só em 2023, com a recriação do MinC, os processos são retomados. O Ministério da Cultura empossa o CNPC, convoca a 4ª Conferência Nacional de Cultura e fortalece a construção participativa do Plano Nacional de Cultura.

Do ponto de vista da pactuação federativa, a Lei do SNC, sancionada em abril de 2024, apresenta ferramentas, já prevista no artigo 216-A da CF: O processo de adesão com a assinatura do Acordo de Cooperação Federativa - ACF entre entes federados subnacionais e o Ministério da Cultura, coordenador do SNC. A partir da assinatura do ACF, o ente federado se compromete com os princípios e os componentes do SNC a partir de um Plano de Trabalho.

O Sistema Nacional de Cultura (SNC) é uma iniciativa que visa a integração e a colaboração entre os entes federativos (União, estados, Distrito Federal e municípios) para a gestão conjunta das políticas públicas de cultura. No entanto, a implementação de comissões intergestores bipartites, que são instâncias de articulação entre os gestores estaduais e municipais, tem sido um desafio significativo. Atualmente, existem duas comissões intergestores bipartites em funcionamento no Brasil, localizadas nos estados do Acre e Mato Grosso.

Essas comissões desempenham um papel crucial na operacionalização do sistema estadual de cultura, assessorando os órgãos gestores na elaboração de propostas, definindo mecanismos de partilha de recursos e promovendo a articulação entre os diferentes níveis de governo. Contudo, a implementação plena do SNC enfrenta desafios, como a falta de estruturação dos fundos locais de cultura e a necessidade de aprimoramento dos controles para assegurar a transparência e a legitimidade social das ações.

Portanto, é essencial que os estados e municípios que ainda não instituíram suas comissões intergestores bipartites considerem a criação dessas instâncias como um passo fundamental para a efetiva implementação do SNC, garantindo a descentralização e a participação ativa da sociedade civil na formulação e execução das políticas culturais.

As bases da criação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) estão alicerçadas em uma série de documentos, debates e mobilizações do movimento cultural brasileiro, especialmente a partir dos anos 2000. Um marco importante foi, de fato, o documento "A

"Imaginação a Serviço do Brasil", produzido em 2002 por artistas, intelectuais e representantes do setor cultural no contexto da campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva. Esse texto propunha uma nova visão para as políticas públicas de cultura e serviu como um dos fundamentos conceituais da gestão cultural iniciada em 2003, com Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura.

A partir de 2003, com o novo Governo Federal, foram consolidados processos participativos como as Conferências Nacionais de Cultura, o fortalecimento dos Conselhos de Cultura, a criação do Programa Cultura Viva e a formulação de políticas estruturantes que culminaram na institucionalização do SNC, por meio da Emenda Constitucional nº 71/2012 e da Lei nº 12.343/2010, que aprovou o Plano Nacional de Cultura (PNC).

Portanto, sim, o documento "A Imaginação a Serviço do Brasil" e os debates que se intensificaram desde 2003 foram essenciais para a formulação do SNC, ao lado das contribuições históricas do setor cultural e das experiências acumuladas nas gestões anteriores e estaduais.

As bases para o SNC – Cultura em três dimensões

As reflexões, estudos e debates promovidos pelo setor cultural desde a redemocratização, no pós-ditadura militar, levaram à construção de bases conceituais para a concepção de políticas públicas que consideram o direito fundamental à cultura (artigo 216 da Constituição Federal), o conceito de Cidadania Cultural e as três dimensões da política cultural. Estas dimensões foram definidas como: Dimensão Econômica, Dimensão Cidadã e Dimensão Simbólica.

Essas dimensões se alinham com as diversas iniciativas governamentais que resultaram na criação de projetos e programas de inclusão social, com base em uma nova concepção de cultura proposta pelo governo e seus desafios de continuidade e estruturação, liderados pelo Ministério da Cultura (MINC) a partir de 2003.

Para compreender os caminhos traçados pelo MinC a partir de 2003, é importante destacar que as políticas de inclusão por meio da cultura e a criação de um Sistema para a Cultura se tornaram a tônica da gestão cultural no primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o músico Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura. Os discursos do ministro e as estratégias de circulação de sua equipe pelo Brasil refletem o

entendimento de que seria necessário um “novo MinC”, com descentralização e capilaridade das ações, e uma perspectiva de criação de políticas culturais estruturadoras e sistêmicas, contemplando as três dimensões da política cultural.

A Dimensão Simbólica refere-se aos modos de vida, à criatividade, à diversidade das expressões culturais, à história e à valorização das identidades da população brasileira. A Dimensão Cidadã foca na efetivação do direito à cultura, conforme previsto na Constituição Federal, incluindo aspectos como a participação social ampla e a transversalidade da agenda política da cultura. Já a Dimensão Econômica considera o papel da cultura no desenvolvimento econômico do país.

No decorrer desse processo de construção de políticas com essas dimensões, uma das políticas mais importantes foi o Programa Cultura Viva – Pontos de Cultura, um dos mais significativos e capilarizados programas da gestão cultural dos últimos tempos. Gilberto Gil, então ministro, descreveu o programa como uma forma de realizar um “do-in cultural”, fortalecendo as ações culturais já existentes nos territórios. Nas palavras do ex-ministro:

Para fazer uma espécie de ‘do-in’ cultural antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país. Enfim, para avivar o velho e atizar o novo, porque a cultura brasileira não pode ser pensada fora desse jogo, dessa dialética permanente entre a tradição e a invenção, numa encruzilhada de matrizes milenares e informações tecnológicas de ponta... (Discurso de transmissão de cargo de Gilberto Gil).

Esse fragmento do discurso do ministro Gil encapsula a tônica de sua gestão, que voltou o olhar para segmentos antes marginalizados por uma concepção de cultura sem inclusão social. Nesse sentido, programas como Cultura Viva e as ações de cidadania cultural ajudaram a aproximar o MinC de segmentos populares e tradicionais. No que diz respeito à estruturação das políticas culturais, o Sistema Nacional de Cultura (SNC) foi uma prioridade, refletida na criação de secretarias e nos mecanismos de participação social, especialmente com a realização da primeira Conferência Nacional de Cultura, em 2005, e a criação do Conselho Nacional de Política Cultural.

O professor Alexandre Barbalho, em sua publicação sobre o SNC, aponta a importância do discurso do ministro Gil para impulsionar a criação do Sistema. Barbalho comenta sobre um artigo de Gil publicado em 2005, intitulado “Nossas bacias culturais”, no qual Gil usa a metáfora das bacias hidrográficas para falar das bacias

culturais e do papel do SNC no processo estratégico de valorização e articulação da cultura. Segundo o artigo, o sistema seria “uma grande teia” que uniria “as bacias culturais do Norte, do Centro-Oeste, do Nordeste, Sudeste e Sul, dando-lhes personalidade e capilaridade”.

Sobre a concepção que permeou o MinC durante esse período, que formou as bases para o SNC, o professor Albino Rubin reflete sobre os desafios enfrentados durante o Governo Dilma, em seu artigo *Políticas Culturais no Primeiro Governo Dilma*. Rubin discute os avanços e os limites das políticas culturais desenvolvidas nos governos de Gilberto Gil (2003-2008) e Juca Ferreira (2008-2010), destacando as críticas de Gil ao governo anterior, especialmente à gestão de Francisco Weffort. Gil afirmou que “formular políticas culturais é fazer cultura” e criticou a ausência de uma política pública eficaz durante a gestão de Weffort. Ele argumentou que o Ministério da Cultura deveria atender à sociedade em geral, e não apenas aos artistas ou profissionais ligados ao patrimônio, e que a participação da sociedade era fundamental para enfrentar os autoritarismos.

Esse contexto reafirma a importância da participação social e da articulação inter-federativa para a criação do Sistema Nacional de Cultura, e marca um novo momento na vida cultural brasileira, com a implementação de políticas públicas para o setor cultural.

A retomada

De 2016 a 2022, o Brasil vivenciou um período de retrocesso nas políticas culturais. Durante esse período, o Ministério da Cultura, responsável pela formulação e implementação de ações e políticas nacionais, foi extinto e transformado em uma secretaria vinculada ao Ministério do Turismo. Essa mudança representou um retrocesso na estruturação da política pública de cultura e na consolidação do SNC. Além disso, o setor cultural foi duramente perseguido e marginalizado, com artistas e produtores enfrentando um ambiente de discriminação, afetando diretamente a produção artística e cultural brasileira.

Nesse contexto, o setor cultural se manteve resiliente e mobilizado, buscando formas de resistência e articulação política para garantir a continuidade do fomento e da valorização da cultura nacional. A luta dos artistas e trabalhadores da cultura se

intensificou, com uma atuação estratégica junto ao Congresso Nacional, buscando sensibilizar parlamentares e a sociedade sobre a importância de políticas públicas para o setor. Essa mobilização foi fundamental para a aprovação de importantes leis de apoio à cultura durante esse período de crise.

Uma das vitórias mais emblemáticas foi a aprovação da Lei Aldir Blanc, sancionada em 2020, que estabeleceu um auxílio emergencial para o setor cultural durante a pandemia de Covid-19. A Lei Aldir Blanc representou uma resposta crucial para muitos artistas, técnicos e produtores culturais, que estavam enfrentando dificuldades econômicas devido ao fechamento de espaços culturais e à suspensão de atividades artísticas.

Outro marco importante foi a criação e aprovação da Lei Paulo Gustavo, em 2022, que destinou recursos para o fomento à produção audiovisual, contemplando desde a realização de filmes até a manutenção de cinemas e festivais de cinema.

Portanto, o período de 2016 a 2022 foi marcado por um cenário de adversidade para a cultura brasileira, mas também por uma luta persistente e estratégica do setor. A aprovação das Leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc foi uma conquista importante para a sobrevivência da cultura brasileira, evidenciando a importância da união e da mobilização do setor em tempos de crise.

Além da necessária política para fomento à cultura, o setor cultural também buscou o diálogo para que o Sistema Nacional de Cultura se efetivasse, mantendo seu diálogo com o parlamento brasileiro para a aprovação da Lei do SNC que tramitava nas casas legislativas nacionais. Em 2023, o Ministério da Cultura foi recriado. Desde então, o MinC vem envidando esforços na consolidação do SNC, buscando disseminar seus princípios, implementar seus componentes e fortalecer sua articulação federativa. Desse modo, estruturou a Diretoria do Sistema Nacional de Cultura, atendendo aos entes federados na institucionalização de seus sistemas de cultura locais, consolidando a ferramenta do Acordo de Cooperação Federativa como porta de entrada para o SNC.

Foram criados escritórios do Ministério em cada estado brasileiro e ainda uma Diretoria de Assistência Técnica a Estados e Municípios, orientando a estruturação de seus mecanismos de fomento para a consolidação do Sistema, bem como acompanhando de perto a institucionalização do SNC nos territórios, respectivamente. Numa perspectiva de consolidar o SNC e fortalecer seu papel para a continuidade das políticas culturais brasileiras e sua capilaridade, o MinC, ao

trabalhar na estruturação do SNC, buscou, em seu processo de refundação, retomar a participação social como sua principal estratégia.

O que é essencial para que o caráter federativo do snc se consolide

Participação Social

Cada ente federado subnacional que adere ao SNC assume o compromisso com a participação social que está refletido na criação de um Conselho de Política Cultural e a realização de conferências de cultura. Tais mecanismos de participação são espaços de avaliação, acompanhamento, monitoramento e pactuações entre governo e sociedade civil.

Nessa perspectiva de garantia de processos democráticos de planejamento e decisão na área da cultura, cada política cultural ou subsistemas na área da cultura deve trabalhar para consolidar seus mecanismos de participação e controle social das políticas públicas e cultura.

Governança Federativa

No âmbito nacional, a estruturação e consolidação do Sistema passa por uma compreensão ampla sobre o caráter nacional e federativo da estruturação das políticas públicas brasileiras e pela compreensão do papel do Ministério da Cultura como coordenador do SNC. Para tanto é necessário assumir os compromissos descritos no artigo 8ª da Lei do Sistema que trata das competências da União, que entre elas está “criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para o desenvolvimento do SNC, observadas a orientação do CNPC, bem como: Criar condições para o acompanhamento e estruturação dos Sistemas Estaduais e Municipais de Cultura, com pactuações, formação e articulação territorial; Coordenar o papel da União no SNC para a estruturação de um “Sistema Federal de Cultura” a partir dos componentes nacionais do SNC, quais sejam: Conselho Nacional de Política Cultural, Sistemas de Financiamento, Comissão Intergestora Tripartite -CIT, Programas de Formação Cultural, Plano Nacional de Cultura, Conferência Nacional de Cultura, Sistemas Setoriais e o Sistemas de Informações Culturais; Promover debates conceituais sobre o SNC e contribuir para o aprimoramento da Lei do SNC com decreto de regulamentação.

O modelo de pactuação federativa está descrito no marco regulatório. A lei do SNC define as comissões intergestoras Bipartite (estados e municípios) e tripartite (estados, municípios e união) como instâncias de pactuação federativa. Esse instrumento previsto na Lei deve contribuir para a implementação e operacionalização das políticas públicas que possam dividir atribuições de forma pactuada.

Planejamento

O principal mecanismo de planejamento das estruturas de Sistema são os Planos a longo prazo. No âmbito do SNC, os Planos Municipais, Estaduais e Nacionais de Cultura estão previstos na Lei 14.835/2024 e estão descritos como instrumentos de planejamento plurianual. Tais planos não podem prescindir da participação social na sua elaboração e monitoramento.

Os planos de cultura estabelecidos por lei são instrumentos de planejamento que orientam a execução da política pública e possibilitam a articulação das ações do poder público nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal (Art.23).

Financiamento à Cultura

A criação de sistemas de financiamentos está prevista na Lei e são traduzidos na criação de Fundos de Cultura (municipal, estadual e nacional). Os Artigos 28 e 29 de Lei 14.835/2024 versam sobre o Sistema Nacional de Financiamento à Cultura como um conjunto de mecanismos de financiamento público que inclui os Fundos de Cultura.

No âmbito da legislação do SNC, fica bem evidente (está no plano de trabalho assinado no acordo de cooperação federativa) a orientação de que cada ente federado ao aderir ao SNC tenha seu fundo local próprio para que as transferências federativas se deem de Fundo a Fundo e que tenham outras possibilidades de financiamento à cultura.

Esse mesmo ponto de vista de mecanismos de financiamento à cultura, a lei aponta possibilidades de políticas setoriais e sistemas setoriais terem seus modelos de financiamento. Ambas as formas de atuação no financiamento da cultura, orientam a participação social para o planejamento e o monitoramento da execução dos recursos públicos.

Nos últimos anos, com a Lei Paulo Gustavo e a Política Nacional Aldir Blanc, o MinC vem promovendo um exercício de estruturação do SNC, vinculando o financiamento previsto nas leis à lógica federativa que propõe o Sistema. Orientando o uso do recurso para consolidar programas e políticas nacionais, induzindo a participação social para os usos dos recursos e dialogando as decisões com redes e fóruns de gestores de cultura.

O desafio está na garantia da criação e consolidação de mecanismos que contribuam na perenidade dos recursos para a cultura e na estruturação de mecanismos sólidos de pactuação entre os entes federados, notadamente as Comissões Intergestores Bipartite - CIBs (estados e municípios) e Comissão Intergestora Tripartite - CIT (estados, municípios e União).

SNC, Sistemas Setoriais, Planos Setoriais, Políticas Setoriais e colegiados Setoriais SISTEMAS SETORIAIS

Os subsistemas setoriais do Sistema Nacional de Cultura, são estruturados para responder com maior eficácia e eficiência às demandas de cada setor específico, e deverão ser acompanhados, monitorados e atualizados de forma regular e periódica, conforme Art.36 da Lei 14.835/2024, que institui o Marco Regulatório do Sistema Nacional de Cultura.

Os sistemas são regidos por diretrizes estabelecidas no âmbito das conferências nacionais de cultura, do CNPC, do Plano Nacional de Cultura e de seus respectivos planos setoriais. A instituição dos Sistemas Setoriais figura como essencial para a execução da gestão de políticas específicas de determinados setores, a partir de uma estrutura que organiza a relação interfederativa.

Sua estrutura deve conter: Marco Legal, Governança, Financiamento e Participação Social. Cinco áreas setoriais e instituições do Sistema MinC trabalham para estruturação como subsistemas do SNC: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural; Sistema Nacional de Museus; Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas; Sistema Nacional das Artes; Sistema Nacional do Audiovisual.

Políticas nacionais setoriais

As Políticas Nacionais Setoriais de Cultura são instrumentos fundamentais para o desenvolvimento, fortalecimento e valorização dos diversos segmentos culturais no Brasil. Elas fazem parte da estrutura do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e visam estabelecer diretrizes, estratégias e ações específicas para cada setor, garantindo um planejamento integrado e articulado entre os entes federativos, a sociedade civil e as instituições culturais.

Essas políticas são formuladas com base em princípios democráticos e participativos, sendo discutidas e aprovadas em espaços de governança como as Conferências Nacionais de Cultura, o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e os fóruns setoriais. Elas também são orientadas pelo Plano Nacional de Cultura (PNC) e por seus respectivos planos setoriais, que determinam metas e ações a serem implementadas a médio e longo prazos.

Desde a recriação do Ministério da Cultura, em 2023, as áreas setoriais têm trabalhado para estruturar suas políticas. Áreas como a Secretaria de Cidadania e Direitos Culturais (SCDC) têm desenvolvido ações junto a setores da sociedade civil e ministérios relacionados na construção de políticas como: Culturas Indígenas, Culturas LGBTQs, Culturas Tradicionais e Populares, entre outras, com a perspectiva de estabelecer regramentos, orientações políticas, participação social e orçamento voltado para suas pautas.

Essas políticas são regidas por diretrizes estabelecidas nas conferências nacionais de cultura, no CNPC, no Plano Nacional de Cultura e nos respectivos planos setoriais. A implementação eficaz dessas políticas requer a atuação integrada entre os governos federal, estadual e municipal, bem como o engajamento da sociedade civil e dos agentes culturais. Dessa forma, as Políticas Nacionais Setoriais de Cultura contribuem para a valorização da diversidade cultural brasileira, garantindo que a cultura seja reconhecida como um direito fundamental e um vetor essencial para o desenvolvimento social e econômico do país.

Planos setoriais

Assim como o Sistema Nacional de Cultura (SNC) possui o Plano Nacional de Cultura (PNC), todas as áreas setoriais, Sistemas Setoriais ou Políticas Setoriais devem possuir seus planos específicos, que orientam as ações, diretrizes e políticas

direcionadas a cada campo cultural. Esses planos setoriais têm a função de articular as ações do poder público, da sociedade civil e de outras instituições com o objetivo de atender às demandas específicas de cada setor cultural, sempre em consonância com os princípios do SNC.

De acordo com a Lei nº 14.835/2024, os planos setoriais devem ser elaborados com a participação dos diversos segmentos da sociedade civil, por meio de colegiados setoriais, que têm um papel fundamental na construção e acompanhamento da execução desses planos. Os colegiados setoriais, conforme previsto na Lei, garantem a participação social e o monitoramento das políticas, assegurando que as demandas e as peculiaridades de cada setor cultural sejam devidamente consideradas.

Além disso, os Planos Setoriais devem estar em conformidade com o Plano Nacional de Cultura (PNC), respeitando as diretrizes estabelecidas nas conferências nacionais de cultura, no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e no Sistema Nacional de Cultura. Devem também prever a implementação de ações específicas, estratégias de financiamento e metas de avaliação para garantir a efetividade e o sucesso das políticas culturais setoriais.

Esses planos podem ser construídos pelas áreas responsáveis em parceria com os colegiados setoriais criados, com a participação das comunidades culturais e das demais entidades envolvidas, garantindo uma atuação integrada e participativa que reflita as demandas de cada segmento cultural.

Colegiados setoriais

Colegiados setoriais são instâncias de participação social, coordenados por áreas setoriais, políticas setoriais ou sistemas setoriais específicos. Os colegiados devem ter vínculos com os Conselhos de Cultura e podem ter caráter nacional ou local. Ao longo do processo de participação social por meio do SNC, os Colegiados Setoriais se consolidaram como um componente CNPC, uma ferramenta de discussão e organização de pautas dos segmentos culturais, técnico-artísticos e de patrimônio cultural. No âmbito da política nacional de participação social, o histórico dos colegiados setoriais é de inserção no Conselho Nacional e coordenação das áreas referentes ao tema do colegiado ou segmento.

O processo de organização da participação social, por meio dos colegiados, foi interrompido em 2019, via decreto presidencial (Decreto 9.759/abril 2019) que excluiu a participação social. A retomada dos colegiados setoriais é uma demanda do movimento cultural brasileiro e foi iniciada na 4ª Conferência Nacional de Cultura, que buscou reunir, em Brasília, representantes de 19 áreas setoriais representativas dos 26 estados da federação e do Distrito Federal (DF) para dialogar sobre suas especificidades e demandas de políticas culturais específicas.

A partir dos debates realizados na 4ª CNC e nos processos realizados nos estados, o CNPC e o MinC trabalham para a retomada dos colegiados, considerando, inclusive, novas demandas de participação social de setores específicos da cultura. Tal retomada deve dialogar com a estruturação de Sistemas Setoriais (subsistemas do SNC) e com Políticas Setoriais estruturadas ou por estruturar. Ou seja, colegiados setoriais de participação social que tenham lócus na política cultural.

Neste sentido, orienta-se que, cada política setorial construída no âmbito do Ministério da Cultura e nos entes federados que aderirem ao SNC, tenham colegiados setoriais de participação social e construam vínculos com seus conselhos de políticas culturais. Ou seja, tal estrutura de Colegiados Setoriais deve orientar a amplitude da participação social no campo das políticas culturais nos entes federados que compõem o SNC.

Dados do SNC na atualidade – Resumo

Atualmente, 3.663 municípios e os 27 estados já aderiram ao sistema. Os dados completos estão disponíveis publicamente em ver.snc.cultura.gov.br.

Conselhos de cultura

- 26 unidades da federação
- 1.348 municípios

Planos de cultura

- 16 unidades da federação
- 603 municípios

Fundos de cultura

- 25 unidades da federação
- 1.385 municípios

Leis do sistema de cultura

- 17 unidades da federação
- 1.452 municípios

CPF da cultura

- 15 unidades da federação
- 471 municípios

Considerações finais

Desde a recriação do MinC, em 2023, o governo brasileiro vem desenvolvendo um conjunto de ações para a concretização do Sistema Nacional de Cultura. A realização de conferências, a estruturação e reformulação do CNPC, a pactuação com entes federados para a adesão, aplicação e perenidade da Lei Aldir Blanc, a valorização e fortalecimento das políticas de fomento a cultura, bem como a estruturação de sistemas setoriais e políticas nacionais de Cultura.

Todo esse esforço de gestão e articulação interfederativa, descrito no texto acima, não teria sentido se não estivesse vinculado à estruturação do Sistema Nacional de Cultura como tarefa master do MinC. Neste sentido, refletir e debater o SNC, estruturar seus componentes e avançar nas suas pactuações federativas e no financiamento à cultura, figuram como fundamental para podermos superar as fragilidades das políticas culturais brasileiras, seus problemas de descontinuidade e a capilaridade nos territórios brasileiros.

O ano de 2025 deve ser um ano de entregas do SNC. Para isso, o trabalho desenvolvido inclui a articulação interna no Sistema MinC, os alinhamentos político e conceituais no que se refere ao SNC e o papel do MinC, além da concretização de novo modelo de CNPC, aprovação do Novo Plano Nacional de Cultura, criação da Comissão Intergestores Tripartite - CIT, consolidação dos Sistemas Setoriais, a estruturação do Sistema Nacional de Indicadores Culturais, o alinhamento das políticas setoriais nacionais ao SNC e uma forte relação entre o Sistema Nacional de Cultura e as ferramentas de estruturação dos Sistemas Estaduais e Municipais de Cultura.

Referências

Barbalho, Alexandre – Sistema Nacional de Cultura: Campo, Saber e Poder.
Fortaleza: UdUECE, 2019.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. As Políticas Culturais e o Governo Lula. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2011.

Moraes, Regina – As metas do Plano Nacional de Cultura, Brasília – Ministério da Cultura, outubro 2003.

Rocha, Sophia Cardoso Da Imaginação à Constituição: a trajetória do Sistema Nacional de Cultura de 2002 a 2006 / Sophia Cardoso Rocha. -- Salvador, 2018. CARVALHO, Alexandre.

Material informativo do Ministério da Cultura – *CULTURA EM TRÊS DIMENSÕES*. Brasília, 2010

Queiróz, Marta Rosa e Leite Junior, Lindivaldo – Caderno de Diálogos, Plano Setorial para a Cultura Afro Brasileira. Fundação Cultural Palmares, Brasília, 2014.

Rubin, Albino – artigo Políticas Culturais no Primeiro Governo Dilma.
https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/snc/paineis-de-dados/paineisdedados/?_authenticator=bf0d06a1714c070d6026c597f736a48d6741e1d4